

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 5

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG

Por:
Cristiano Costa de Carvalho
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Eunice Paulo Chichava
Juliana Viegas Guimarães

Cristiano Costa de Carvalho[32]
Eliana Bolorino Canteiro Martins[33]
Eunice Paulo Chichava[34]
Juliana Viegas Guimarães[35]

https://doi.org/10.47519/eiae.p3c5

INTRODUÇÃO

O objetivo da elaboração deste capítulo é contribuir com o processo de discussão, mobilização e implementação do Serviço Social na educação básica nos municípios brasileiros, tendo como referência legal a aprovação, em 11 dezembro de 2019, da Lei 13.935, que "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica", a partir da reflexão e experiência de implementação do Projeto "Janela da escuta na Escola" na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Metodologicamente, podemos definir que a escrita de experiência pode suscitar reflexões sobre os percalços do processo de implementação da referida legislação no Brasil, tendo como recorte a realidade vivenciada no município de Belo Horizonte. Tal estudo serve não só de alerta, mas também revela, para essas categorias profissionais, além das dificuldades, as conquistas que podem ser possibilitadas pela mobilização do coletivo, potencializando a dimensão política da profissão – Serviço Social – e, também, da psicologia.

Para a escrita deste, recorreu-se a referências bibliográficas e legislações que versam sobre o tema, além de documentos produzidos por órgãos públicos, como o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte (Sind-rede/BH), a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e a Secretaria Municipal de Educação do município de Belo Horizonte. Foram examinadas, por fim, notícias vinculadas a jornais referente ao período de dezembro de 2022 até agosto de 2023. Esses recursos foram essenciais para resgatar o contexto analisado e os posicionamentos dos agentes governamentais, assim como dos coletivos de profissionais e das entidades representativas de assistentes sociais e psicólogos.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A "NOVA" MORFOLOGIA DO TRABALHO E A INSERÇÃO PRECÁRIA DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Refletir sobre o trabalho do assistente social recai sobre diversos prismas, como a formação profissional, o exercício profissional e as condições de trabalho, tudo isso reconhecendo que somos parte do trabalho coletivo efetivado em diversas políticas sociais, seja no âmbito público ou privado/confessional como trabalhador assalariado, portanto, parte integrante da classe trabalhadora. Sabe-se que há uma relação intrínseca entre esses elementos que compõem o trabalho profissional, contudo, nos limites do objetivo deste artigo, destacamos

as condições de trabalho do assistente social nas políticas públicas, com ênfase na política de educação básica.

É importante ressaltar que os debates, as críticas e as proposições referentes às condições de trabalho são um tema recorrente nos mais diversos espaços da profissão do assistente social. Os profissionais têm denunciado o surgimento de formas de contratações cada vez mais distantes do que o conjunto CFESS/CRESS tem defendido ao longo das últimas décadas. Não só as entidades representativas do Serviço Social, mas diversas instituições trabalhistas ao redor do mundo têm realizado enfrentamentos às diretrizes da doutrina política e econômica do neoliberalismo financista, que, infelizmente, muitos governos têm aderido de forma acrítica, fazendo com que as consequências deste ideário recaiam sob a sociedade como um todo.

No ano de 2012, o Conselho Federal de Serviço Social promoveu a campanha "Concurso público para assistentes sociais: curta essa ideia!" e, assim, manifestou para a comunidade os motivos pelos quais é necessário a criação de concurso público no âmbito das políticas públicas. Conforme o CFESS (2012), a realização de concurso permite realizar prova de conhecimento igual para quem se candidata, impedindo o clientelismo. Além disso, possibilita que assistentes sociais tenham estabilidade e direitos trabalhistas garantidos, o que fortalece a autonomia profissional e a defesa por melhores condições de trabalho. Outros pontos positivos que a aplicação do concurso público proporciona são que as instituições empregadoras podem ter assistentes sociais com qualificação e competência para exercer a profissão. Esse processo contribui para que a população tenha acesso a direitos como saúde, educação, previdência social, assistência social, trabalho, entre outros (CFESS, 2012).

O debate sobre as formas de contratação de trabalho ganha uma dimensão ampliada, pois estamos falando sobre as políticas sociais no contexto de crise estrutural do capital. Nesse sentido, conforme comenta Raichelis (2020, p.11), "exige apreender a reconfiguração dos espaços ocupacionais à luz da nova morfologia do trabalho, no contexto de crise do capital e do profundo ataque contra o trabalho e os direitos da classe trabalhadora".

Em linhas gerais, podemos afirmar que a reestruturação produtiva do capital[1] e do trabalho ganha intensidade a partir dos anos de 1970, momento ápice da crise e das respostas que o sistema capitalista passa a oferecer diante do agravamento e travamento do ritmo de crescimento nos países industrializados. Assim, segundo Raichelis (2020, p.19), "a reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que nos países da periferia capitalista, como o Brasil, se faz mais presente a partir de 1990, transformou-se de fato em um processo permanente de erosão do trabalho de base tayloriano-fordista" [...]. O que passa a vigorar é um amplo processo de destituição de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, o que Behring (2003) denomina de "contrarreforma do Estado", em que as principais características foram realizar uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas, liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, ou seja, medidas destinadas à mundialização do capital financeiro. No âmbito do trabalho, conforme Raichelis (2020, p. 19), "substituído pelas mais diversas formas de desregulamen-

1 Sobre este debate, vale a pena conferir Antunes (1999 e 2018).

tação, flexibilização, terceirização e intensificação do trabalho, nas quais os sofrimentos, os adoecimentos e os assédios parecem tornar-se mais a regra do que a exceção".

Este cenário, identificado por Behring (2003) e Raichelis (2020), representa não apenas alterações no mundo corporativo, mas, essencialmente, sobre o Estado, que passa a ser tensionado para se adequar a esse conjunto de orientações. Um exemplo disso é o Consenso de Washington, arquitetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e por outras instituições financeiras multilaterais, que recomendaram alterações significativas na relação entre Estado e sociedade civil. Nesta dinâmica, o Estado passa a ficar totalmente submisso aos interesses do capital.

> Ao mesmo tempo, observa-se a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras, e a deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agrava ainda mais considerando recortes de gênero, geração, raça e etnia, quando se constata que mulheres ganham menos do que homens exercendo a mesma atividade e, se forem negras, são submetidas a trabalhos mais precários e ainda a mais baixos salários (Raichelis, 2020, p. 20).

As mudanças acontecem no campo da objetividade, com a destituição dos direitos e das condições de vida e trabalho, e da subjetividade da classe trabalhadora, que passa a esfacelar as formas de organização sindical e trabalhista, além das formas de participação da vida pública. O que se vê, então, é a busca constante pelo simulacro, pela cultura da ultraindividualização, da alta competitividade em detrimento da solidariedade entre classes.

> E essa dinâmica de precarização das condições e vínculos de trabalho atinge também o trabalho social de diferentes categorias profissionais, entre elas assistentes sociais, que têm no Estado (nas três esferas de poder) seu principal empregador (Raichelis, 2020, p. 22).

Na mesma direção, identificamos o processo histórico pela inserção de assistentes sociais e psicólogos na política de educação básica. Não que estes fenômenos no campo profissional apareçam apenas nesta política pública (educação), mas por se tratar de um espaço sócio-ocupacional recente.

No que diz respeito à implementação de uma lei específica, assegurar as condições técnicas e objetivas para inserção profissional em condições adequadas, como a realização de concurso específico, tem sinalizado ser uma condição duplamente desafiante. Primeiro por haver uma legislação relativamente nova – a lei 13.935, promulgada no dia 11 dezembro de 2019 – portanto, aprovada em um momento histórico ímpar, pois, logo em seguida, o mundo e o Brasil passaram a canalizar todas as energias no enfrentamento à pandemia da COVID-19. Segundo, não é recente a falta de vontade política dos representantes do poder legislativo e executivo do Brasil em não priorizar as políticas de educação, especialmente da educação pública, principalmente com o subfinanciamento e a desvalorização da carreira dos trabalhadores da área, além de não oferecer as condições institucionais mínimas para promover educação de qualidade, situação que se repete no processo histórico dessa política social.

Dessa forma, o que resta no processo de implementação de uma lei é a força política da categoria profissional no enfrentamento às formas de precarização que tem sido apontada pela gestão pública. Conforme Raichelis (2020, p. 26), "o tripé terceirização, flexibilização e precarização é a expressão emblemática que tipifica a nova morfologia do trabalho em tempos de profunda degradação nas suas formas de realização".

É sob este viés que identificamos e analisamos a experiência profissional enviesada no processo de inserção de assistentes sociais e psicólogos na rede de educação municipal da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

A relevância deste estudo é proporcionar uma análise crítica de forma a contribuir com as/os profissionais das áreas de psicologia e serviço social, uma vez que está em curso, nos mais diversos municípios do Brasil, a implementação da lei 13.935/2019, que "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica".

Acreditamos que analisar uma experiência profissional e militante da área possa fortalecer as lutas sociais por uma educação pública, laica, republicana, democrática, gratuita e de qualidade socialmente referendada, ao qual, como sinalizam inúmeros estudos e pesquisas, profissionais de psicologia e serviço social têm muito a contribuir pelo seu conjunto de habilidades, competências e atribuições profissionais. Entretanto, para que isso seja efetivado, é necessário que estes profissionais sejam reconhecidos na sua condição de trabalho e trabalhador, que terão impacto no trabalho profissional, especialmente ao exercer a sua relativa autonomia profissional.

Outros estudos têm associado as formas de precarização como meios de constrangimentos do trabalho assalariado à autonomia relativa de assistentes sociais. Raichelis (2018, p. 35-36) tratou da questão ao afirmar que condições seguras de trabalho (leia-se profissional efetivo e com seguranças institucionais e trabalhista) "permite[m] aos sujeitos profissionais romperem com visões deterministas e/ou voluntaristas para se apropriarem da dinâmica contraditória dos espaços institucionais e poderem formular estratégias individuais e coletivas que escapem da reprodução acrítica das requisições do poder institucional".

Quando se trata de um país como o Brasil, que carrega na sua formação sóciohistórica e naturaliza na cultura e no cotidiano traços escravocratas, heteropatriarcal, clientelista e autoritário, proporcionar condições ético-políticas para assistentes sociais desenvolverem o seu trabalho é essencial para avançar e aprofundar a democracia no país. No entanto, isso só é viável quando o profissional dispõe das seguranças institucionais/trabalhistas para defender a sua relativa autonomia profissional.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA – "JANELA DA ESCUTA" NA ESCOLA E AS LUTAS POR DIGNIDADE NO TRABALHO

No final do ano de 2022, a Prefeitura de Belo Horizonte publicou, no Diário Oficial (DOM), um processo seletivo denominado "Janela da Escuta na Escola", que traz orientações para contratação de assistentes sociais e psicólogos para atuarem na rede municipal de educação básica, impondo como requisito para a contratação dos profissionais a inscrição como Microempreendedor (ME).[2]

O edital atribuía a cada escola municipal a responsabilidade pela condução do processo e seleção dos candidatos, além da remuneração bruta no valor de R$ 3.411,61 (três mil quatrocentos e onze reais e sessenta e um centavos), com cumprimento de jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais.

A proposta do projeto consistia em viabilizar o desenvolvimento, por profissionais da psicologia e do serviço social, em caráter emergencial, a construção de um diagnóstico situacional e a intervenção multiprofissional no contexto do retorno às aulas presenciais[3] nas escolas públicas de ensino infantil e fundamental do referido município.

É de amplo conhecimento que as escolas têm sofrido de forma significativa com o retorno às aulas após o período do isolamento social, devido à pandemia da COVID19 ou situações mais complexas, como apontado nos estudos realizados sobre evasão escolar. Com a leitura e análise desses, identificamos dados alarmantes apontados por Possa *et al.*, (2020), em que destaca estudo feito pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), ligado à Secretaria Nacional da Juventude, órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), no qual, junto a outras organizações parceiras, desenvolveram uma pesquisa a fim de avaliar a repercussão de evasão escolar entre jovens com idade entre 15 e 29 anos. Nesse estudo, constatou-se que 29% destes jovens já pensaram em não voltar para a escola após o fim do isolamento social (Possa *et al.*, 2020, p. 126).

De certa forma, a criação do projeto "Janela da Escuta na Escola", parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Secretaria Municipal de Educação de

2 A sigla "ME" quer dizer "Microempresa" e trata-se de uma classificação para as empresas que faturam até R$ 360 mil anualmente. Além disso, uma ME pode contratar entre 9 e 19 funcionários (dependendo da atividade) e ainda escolher entre diferentes regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido. Além disso, a tributação não inclui isenção de impostos federais, como no MEI. Conforme orientações do site 'Mercado Livre', o processo de cadastro também é diferente, sendo necessário entrar em contato com a Junta Comercial da cidade para receber o registro do CNPJ, obter alvarás na prefeitura, providenciar registros e licenças com o corpo de bombeiros, entre outros. Por se tratar de um viés mais complexo, normalmente é necessário recorrer também a um contador ou assessorias especializadas, o que acaba sendo mais indicado nesses casos (Mercado Livre, 2023).

3 A pandemia do COVID-19 provocou o fechamento de escolas e afetou diretamente o processo de ensino e aprendizagem de muitas crianças e jovens no Brasil e no mundo. Segundo os dados do IBGE (2020) *apud* Unibanco (2020), no mês de julho do mesmo ano, 8,7 milhões de crianças, adolescentes e jovens não tiveram qualquer acesso a atividades de ensino remota. Os dados revelam que de cada 10 estudantes, apenas 7 executam as atividades remotas. Já durante outubro de 2020, de acordo com a pesquisa Pnad Covid19 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 6 milhões de estudantes de 6 a 29 anos, da educação básica ao ensino superior, não tiveram acesso a atividades escolares. O número representa 13,2% dos alunos matriculados naquele mês (Instituto Unibanco, 2020).

Belo Horizonte (SMED), expressa algum nível de preocupação do poder público municipal em dar respostas e buscar parcerias diante das preocupações identificadas no cotidiano escolar com a volta das atividades presenciais nas escolas. Estudos e pesquisas endossam e retratam a preocupação de gestores e profissionais da educação no Brasil em torno das situações de evasão escolar, as vivências de crianças e adolescentes na pandemia de COVID-19 e os impactos gerados nas rotinas, nas relações sociais e experiências das crianças e adolescentes, além de aspectos emocionais e psicossociais despertados ao longo da pandemia e que agora passam a incorporar a sala de aula e o espaço escolar de forma em geral.

O retorno às aulas demonstrou a necessidade de desenvolvimento de novas políticas públicas que permitam o enfrentamento dessas e outras expressões da questão social que foram aumentadas com a pandemia de Covid-19, pois com a suspensão da frequência às escolas, evidenciou-se uma queda significativa na qualidade de vida de crianças, adolescentes, jovens e famílias. O período de isolamento social destituiu estes sujeitos do acesso à dimensão cultural, à alimentação e à segurança física, emocional e cognitiva, reforçando, assim, o espaço escolar como um meio importante de desenvolvimento humano, promoção e proteção social.

Para dar resposta a estes dilemas, a então secretária municipal de educação, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben[4], apresentou o projeto "Janela da Escuta na Escola" como uma das prioridades do órgão municipal, explicando, nos mais diversos espaços públicos (palestras, reuniões e audiências,) que o projeto não se tratava da implementação da Lei Federal 13.935/2019[5] mesmo que a gestão tenha conhecimento da importância da Lei. Porém, segundo ela, a SMED precisaria se preparar, a médio prazo, para um concurso que atenda a lei nas especificidades do município e que existe um longo caminho administrativo, de planejamento orçamentário e de articulação política, para efetivar o concurso para assistentes sociais e psicólogos na educação do município.

Assim, um caminho proposto para lidar com o caráter emergencial da situação, foi a parceria da SEMED com a UFMG para criar o projeto "Janela da Escuta na Escola - Projeto emergencial para diagnóstico e intervenção multiprofissional no contexto do retorno às aulas presenciais pós - pandemia da Covid-19". Conforme consta no referido projeto, o objetivo geral da presença do assistente social e do psicólogo nas escolas da rede municipal de educação de Belo Horizonte (RME BH) está descrito da seguinte forma:

> Objetiva a construção de estratégias de apoio, trazendo um novo olhar para a compreensão do fenômeno educativo, auxiliando a equipe de profissionais da educação na produção de mais conhecimento sobre o estudante, sua história de vida, suas habilidades, dificuldades socioemocionais, desejos, sonhos, afetos, medos, formas de interação, cultura familiar, e outros, que podem induzir e favorecer mais

4 Foi Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte no período de 2017 até 2022, doutora em Educação e professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais, onde foi Diretora da Faculdade de Educação e Pró-reitora de Extensão. Atua como pesquisadora do GAME - Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais da Faculdade de Educação da UFMG, nos seguintes temas: didática, formação de professores, avaliação escolar, conselho de classe, Escola Plural. Publicou livros e inúmeros artigos na área educacional.

5 A Lei federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

aprendizagens, engajamento na vida escolar e, consequentemente, mais integração com a missão pedagógica da instituição escolar (Belo Horizonte, 2022, p. 03).

Quanto aos objetivos específicos, o projeto pondera: (1) Realizar ações no âmbito da psicologia educacional e socioassistencial que auxiliem na melhoria das interações e convivências no ambiente escolar e, consequentemente, na melhoria das aprendizagens; (2) Realizar ações que propiciem o bom desenvolvimento dos processos pedagógicos que visam à recomposição das aprendizagens, a diminuição das desigualdades e o enfrentamento à evasão e ao abandono escolar e (3) Realizar ações que potencializam as articulações intersetoriais das políticas da Saúde, da Educação e da Assistência Social, visando atendimento integral aos estudantes e, consequentemente, à comunidade escolar (Belo Horizonte, 2022, grifo nosso).

Nesse sentido, para alcançar os objetivos traçados no projeto, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) realizou uma ampla divulgação do processo seletivo de contratação de 321 psicólogas (os) e 321 assistentes sociais. Isso porque, a metodologia proposta prevê a formação de uma dupla por escola para 30 horas semanais.

O projeto indica que o financiamento será por meio do uso da caixa escolar que, conforme a Prefeitura de Belo Horizonte, é "Entidade de direito privado que não se confunde com a Escola ou com a Prefeitura", ou seja, por ser um projeto temporário, prevê o uso desse recurso para contratação de recursos humanos, no caso, assistentes sociais e psicólogos. No entanto, estes profissionais prestariam serviços profissionais para caixa escolar, não tendo nenhum tipo de vínculo formal/empregatício. Ainda, segundo a Prefeitura de BH, "as Caixas Escolares recebem recursos que são destinados especificamente para realização de Projetos de Ação Pedagógica. Esses projetos buscam complementar a formação de alunos e professores e suplantar deficiências de aprendizagem" (Belo Horizonte, 2023).

É importante destacar esse aspecto por ser este o ponto crítico do projeto, pois, como identificado por órgãos, como o coletivo de assistentes sociais e de psicólogos[6], junto às entidades representativas, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte (Sind-rede/BH), e outras entidades e parlamentares parceiras(os), o projeto, embora seja de extrema relevância para a população, se torna inviável em vários aspectos legais, especialmente por violar e precarizar direitos dos trabalhadores das áreas de psicologia e serviço social.

A própria legislação municipal, Lei nº 11.175/2019, cria condições para contratações de recursos humanos em caráter emergencial no município, como o caso do projeto "Janela da Escuta na Escola". No entanto, como advertido pelo Sindrede/BH, existe posicio-

6 Entende por coletivo de profissionais assistentes sociais e de psicólogos a formação e organização política que teve ampla mobilização nas redes sociais, especialmente em grupos de WhatsApp inicialmente conduzido pelas profissionais Cristina Moreira Gama e Tamara Fernandes, ambas assistentes sociais. No dia 29/12/2022 realizou uma live para analisar criticamente o documento: "Orientações para processo de recrutamento e seleção de psicólogo e assistente social para atuarem em projeto específico nas escolas municipais de Belo Horizonte" a referida live reuniu mais de 300 participantes e pautou o CRESS-MG, CRP-MG, PSIND e parlamentares e assessores de parlamentares a pressionar a SMED/PBH a fazer mudanças no chamamento público. Entende que este foi o primeiro grande movimento em defesa de condições dignas de trabalho neste projeto. A live está disponível no link: https://youtu.be/tcsYAx9GNrI

namento sobre o não uso da caixa escolar para esse tipo de finalidade, pagamento de recursos humanos, uma vez que é vedado de acordo com o art. 3º da lei 3.726/1984.

A IDEIA ERA BOA, MAS AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PRECÁRIAS

É de amplo conhecimento que, após a promulgação da Lei federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, os municípios brasileiros tiveram o prazo de um ano para implementar a lei. A exemplo deste fato, ainda em novembro de 2022, a vereadora Macaé Evaristo (PT) propôs a realização de audiência pública na câmara municipal de Belo Horizonte para debater o tema.

> Os sistemas de ensino tiveram um ano a partir de dezembro de 2019, quando a lei foi publicada, para tomar as providências necessárias ao seu cumprimento. Contudo, tendo esse prazo se encerrado há quase dois anos, a rede pública de educação básica de Belo Horizonte ainda precisa incorporar os serviços de psicologia e serviço social em suas equipes (CMBH, 2022).

O cumprimento da lei federal pela Prefeitura de Belo Horizonte é uma antiga reivindicação já exposta na Câmara e defendida por parlamentares municipais (CMBH, 2022). Outro exemplo disso aconteceu em junho de 2021, data em que a vereadora Duda Salabert (PDT) também havia realizado uma audiência na câmara municipal para tratar do tema (CMBH, 2021).

Com o avanço do tempo, evidenciou-se que a preocupação da SMED não foi de garantir a implementação da lei e a rede municipal de educação amargou os impactos da pandemia da COVID-19, como a falta de acesso ao ensino regular devido ao isolamento social e insuficiências de estrutura de ensino à distância, que ampliaram as dificuldades de acesso à educação, impactando nas formas de aprendizagem e no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes. Tendo isso em mente, a presença de assistentes sociais e psicólogos na RME seria a mediação essencial para criar ações e intervenções, com o intuito de prevenir cenários como o supracitado e efetivar as melhorias no aprendizado dos estudantes que foram impactados durante o isolamento social, enfrentando, assim, a questão da evasão escolar.

Contudo, no período desde a promulgação da Lei nº 13.935/2019, a SMED não buscou diálogo com nenhuma categoria envolvida e nem mesmo deu atenção suficiente às reivindicações de diversos setores e da comunidade sobre o assunto.

Como exposto, o projeto "Janela da Escuta na Escola" aparece como uma resposta simplista e imediatista para tratar dos dilemas complexos que a RME passou a enfrentar, especialmente com a reabertura das escolas para a oferta de atividades presenciais.

Ainda em dezembro de 2022, a assessoria jurídica do CRESS-MG, ao analisar o projeto "Janela da Escuta na Escola", destacou as irregularidades do projeto, em especial a imposição do requisito para a contratação dos profissionais ter inscrição como Microempreendedor (ME). Além disso, o projeto define, quanto às atribuições dos contratados: (1) apoiar a escola no atendimento à comunidade escolar; (2) contribuir ativamente na tratativa de

conflitos que ocorrem nas relações entre pares; (3) participar das ações de formação previstas pelo projeto, visando o enfrentamento dos impactos da pandemia na escola, coordenadas pela SMED em conjunto com a equipe do Janela da Escuta / UFMG; e (4) participar das diversas atividades da rotina escolar, tais como momentos de sala de aula, recreio, reforço escolar, para conhecimento sobre as interações entre estudantes, professores e demais colaboradores, dentre outras atinentes ao projeto.

A assessoria jurídica do CRESS-MG argumentou, em nota pública (CRESSMG, 2022), que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 3º, descreve a condição de empregado como "toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário". Assim, da análise das orientações para recrutamento previstas no projeto Janela da Escuta na Escola, verifica-se a ocorrência de todos os elementos descritos no artigo 3º da CLT.

Ademais, o edital prevê a contratação para prestação de serviço não eventual e com subordinação, como mostra o item 5.1.2: jornada de trabalho correspondente a 120 horas mensais, organizadas em 30 horas semanais; com remuneração mensal fixa de R$ 3.411,61 (três mil quatrocentos e onze reais e sessenta e um centavos). A assessoria do CRESS-MG ainda destacou a Lei Complementar nº 123/2006, que veda o enquadramento como ME de empresas "cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade."

Dessa maneira, o profissional teria que ser independente, ou seja, sem qualquer outro vínculo empregatício com o município, além de ter que arcar com o deslocamento e com os custos de manutenção contábil da empresa.

A manifestação do CRESS-MG descortina a forma de precarização e denuncia que, "ao propor a contratação de pessoal por meio de contrato particular celebrado com pessoa jurídica, o município de Belo Horizonte tenta fraudar normas trabalhistas aplicáveis à espécie" (CRESS-MG, 2022) e continua citando que:

> Diante da situação fática apresentada, restou clara a intenção do município de Belo Horizonte de burlar o cumprimento dos direitos trabalhistas devidos aos futuros empregados, vez que induz a constituição de pessoa jurídica para firmar contrato de prestação de serviços (CRESS-MG, 2022).

Pautado no artigo 9º da CLT, "serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir, ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação". Tendo isso em vista, as entidades representativas: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH) e Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais recorreram à Procuradoria do Trabalho e solicitaram a instauração de procedimento para apurar a legalidade dos processos de contratação orientados pelo projeto "Janela da Escuta na Escola".

O coletivo de profissionais conseguiu o apoio de parlamentares, entre eles, a Deputada Ana Paula Siqueira (REDE), que também é assistente social, se prontificou e conseguiu

contato com a Secretária à época e expôs os questionamentos apontados em reunião online via ZOOM com mais de 300 profissionais, mas a SMED continuou com o processo.

Vários profissionais, que já haviam passado no processo seletivo, obtendo resposta positiva das/dos diretoras (es) das escolas, fizeram empréstimos para abrir sua microempresa, uma vez que era um requisito para assumir a vaga. Alguns pediram demissão dos atuais empregos e outros profissionais mudaram de endereço, de cidade e, até mesmo, de estado para residirem próximos a escola para a qual foram selecionados, deslocando toda a vida e rotina familiar para viver em Belo Horizonte.

Na sequência, após analisar as peças e manifestações do CRESS-MG, CRPMG e, especialmente, do Sind-REDE, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais proferiu liminar determinando que a Secretaria Municipal de Educação anulasse o processo seletivo. A SMED, sem nenhum aviso prévio e sem nenhuma tentativa de modificar o processo, anulou todo o processo seletivo, faltando pouco mais de 5 dias para o início das atividades dos profissionais, que seria no dia 02/02/2023.

Além de causar prejuízos financeiros aos profissionais, que tiveram que movimentar uma média de 800 a 1.500 reais para abrir a Microempresa (ME), provocou, nos profissionais selecionados, um sentimento de frustração, já que configurava uma grande oportunidade de atuação profissional, especialmente, para aqueles indivíduos que ainda não tiveram a oportunidade de trabalhar na área. Assim, o projeto "Janela da Escuta na Escola" representava uma grande oportunidade de adquirir experiência profissional necessária na sua área de formação comprovada para que pudesse seguir a carreira escolhida. Devido ao ocorrido, a própria Câmara Municipal realizou uma audiência para tratar dos impactos e prejuízos para os profissionais participantes do processo seletivo, salientando que:

> A suspensão da contratação, resultado de interpelação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de BH (Sind-Rede) junto ao Ministério Público, foi comunicada pela Prefeitura no fim de janeiro, quando vários selecionados já haviam pedido demissão de emprego anterior e contraíram dívidas para a abertura de empresa. Representantes do grupo selecionado reivindicaram uma maneira de atuarem nas escolas e entidades sindicais defenderam a inserção dos profissionais por concurso público, ponderando que os selecionados devem ser contemplados de alguma maneira. Os dez parlamentares presentes solicitaram ao Executivo uma solução para a questão. A secretária municipal de Educação, Ângela Dalben, disse estar aberta à construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que permita que os profissionais selecionados trabalhem na rede municipal de ensino. Presidente da comissão, Marcela Trópia (Novo) disse que irá solicitar uma agenda com Ministério Público, Sind-Rede, representantes dos selecionados e parlamentares proponentes da audiência para a tentativa de construção do TAC (CMBH, 2022).

É importante destacar que o processo do projeto "Janela da escuta na escola" gerou intenso desgaste político para a então secretária de educação, que, desde 2017, ocupou a pasta e possuía significativo reconhecimento por seus pares de ser uma gestora técnica e comprometida com a educação no município. Os motivos da exoneração do cargo não foram expostos

para a comunidade, mas o desgaste era explícito. Dessa forma, a partir do mês abril de 2023, a gestão da SMED passou a ser exercida pelo secretário Charles Martins Diniz.

Após uma longa demora de retornos sobre o processo seletivo, um novo processo foi reaberto no mês de junho de 2023, considerando uma contratação administrativa direta com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e abandonando o uso da caixa escolar como forma de financiamento do projeto. Desta vez, o processo seletivo foi proposto de forma adequada, conforme a Lei municipal nº 11.175/2019 (contratação administrativa e temporária em caráter de emergência).

De maneira geral, as mudanças sobre a forma de contratação foram consideráveis. O abandono do vínculo de Microempreendedor (ME) para um contrato administrativo representou alguns ganhos para os profissionais das áreas de psicologia e serviço social. Mais importante ainda, essa nova forma de contratação proporcionou a efetiva e plena implementação da Lei nº 13.935/2019, que obriga a criação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica como ferramenta fundamental para o enfrentamento das expressões da questão social e educacional que incidem sobre o acesso, a permanência e a conclusão da escolarização na educação básica, o reconhecimento e a valorização das diversidades e a redução das desigualdades escolares e sociais, enfim, a construção de um processo educacional democrático, inclusivo, laico, cidadão e emancipatório (CRP, 2022).

No entanto, um novo processo seletivo foi aberto e, mais uma vez, foi intensamente criticado por constituir-se apenas nas etapas de entrega do currículo e de uma entrevista com a/o diretor/a escolar, sem a presença de um profissional de recursos humanos ou qualquer outro tipo de transparência e lisura no processo.

Após denúncias dos conselhos profissionais de Psicologia, Serviço Social e Sind-REDE/BH, o processo foi novamente anulado a pedido do Ministério Público, pois não cumpria a Lei Municipal nº 11.416/2022, que trata da reserva de vagas em concursos e processos seletivos para pessoas com deficiência. Além disso, não previa vagas para negras e negros, conforme Lei Municipal n º 10.924/2016, e não exigia o devido registro dos profissionais nos conselhos, utilizando somente a análise de currículo, sendo que para processo seletivo simplificado é necessário ter 2 etapas: análise de currículo e entrevista. Outro ponto que contribuiu para a contestação desse processo seletivo, foi o fato de desconsiderar a jornada de trabalho de 30 horas para assistentes sociais e psicólogos, conforme Lei Municipal nº 10.984/2016, fruto de importante luta dos assistentes sociais e psicólogos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No mês de agosto, um novo processo seletivo, agora com o caráter de Processo Seletivo Simplificado (PSS), foi aberto. Outro aspecto positivo foi em torno da valorização dos profissionais, pois, neste novo PSS, foram definidas as seguintes características para o cargo de assistente social: 332 vagas (232 para ampla concorrência, 66 vagas para candidatos negras/os; 34 vagas para candidatas/os com deficiência), 30 horas semanais e remuneração mensal bruta de R$ 4.125,93 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e três centavos). Para o cargo de psicóloga/o: 332 vagas (232 para ampla concorrência, 66 vagas para candidatos negras/os; 34 vagas para candidatas/os com deficiência), 40 horas semanais e remuneração mensal bruta de R$ 4.039,37 (quatro mil e trinta e nove reais e trinta e sete centavos).

Vale ressaltar que, a todo o momento, os conselhos profissionais e o Sind-rede sempre se posicionaram e pressionaram para que as devidas contratações ocorressem, necessariamente, por meio de concurso público e não por processo seletivo simplificado, uma vez que se tratava de cumprimento de lei federal nº 13.935/2019.

De forma geral, o movimento trata a atuação de assistentes sociais e psicólogos de forma efetiva, contínua e não provisória na rede pública de educação básica. No entanto, a prefeitura de Belo Horizonte não considerou a possibilidade de, a médio prazo, realizar a publicação do edital para concurso público para a área de educação. No dia 19/07/2023 houve a publicação de um edital da SMED sem contemplar vagas para assistentes sociais e psicólogos.

No dia 22/08/2023, uma nova mudança na SMED. Charles Martins Diniz deixou o cargo de secretário municipal de Educação de Belo Horizonte e a secretaria passou a ser ocupada pela professora, historiadora e pedagoga Roberta Rodrigues Martins Vieira. O contexto de saída de Charles Diniz foi bastante conturbado, pois sua direção estava diante da pressão do Sind-Rede contra uma proposta de contratação temporária de educadores por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), a qual era defendida por Diniz (Mansur, 2023).

As mudanças de secretários de educação no ano de 2023 foram processos bastante conturbados e, consequentemente, a contratação de assistentes sociais e psicólogos foi carregada de idas e vindas. É possível identificar alguns avanços, se comparado ao processo inicial, mas não houve nenhum posicionamento do poder público sobre a realização de concurso para os profissionais na área da educação.

Até o fechamento da escrita deste manuscrito, a nova secretária não fez nenhuma manifestação pública sobre o processo seletivo simplificado. Apenas uma matéria do jornal "O Tempo", de 22/08/2023, com a seguinte manchete: "Escolas de BH terão psicólogos e assistentes sociais até o final de setembro" (Oliveira, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o posicionamento do Serviço Social brasileiro sobre a contratação de assistentes sociais está amparado na Constituição Federal de 1988, a qual determina que o trabalho em cargo ou emprego público requer a aprovação em concurso público. Este possibilita o acesso de forma ampla e democrática, já que qualquer pessoa que esteja legalmente habilitada para exercer sua profissão (no caso o Serviço Social) pode ter acesso, por meio de prova, a uma vaga no setor público (CFESS, 2012).

Podemos identificar, na análise de implementação do projeto "Janela da Escuta na Escola" pela Prefeitura de Belo Horizonte e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na rede de educação municipal, que esse foi um processo bastante conturbado e contraditório no que diz respeito às condições de trabalho dos profissionais com formação nas áreas de psicologia e serviço social, trazendo desgastes e, até mesmo, a perda de recursos financeiros para trabalhadoras/es que já se encontram em situação de desemprego.

É notório que o projeto «Janela da Escuta na Escola» representa uma aproximação do que define e propõe a Lei 13.935/2019, a qual "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica" e possui objetivos extrema-

mente nobres e sintonizados com a busca de soluções para reduzir danos e impactos causados especificamente na área da educação, evidenciados no período pós pandemia da COVID-19, que incidem no desenvolvimento social, cognitivo e emocional de crianças e adolescentes, bem como a necessidade de enfrentar o fenômeno do abandono escolar e demais expressões da questão social, além de reconhecer a importante contribuição da instituição escolar no desenvolvimento humano, na promoção e proteção social à infância e adolescência.

O município, por intermédio da secretaria de educação, apresenta um equívoco ao considerar que os dilemas que passam a ocupar o espaço escolar e que, consequentemente dificultam ou até impossibilitam o desenvolvimento de ações de ensino-aprendizagem são meramente pontuais ou ocasionados pela pandemia da COVID-19. Não há uma compreensão aprofundada das desigualdades sociais e educacionais estruturais na formação sócio-histórica do Brasil, que combinadas às recentes mudanças no processo de produção e reprodução social, com o capital assumindo o mote da financeirização da economia e, ainda, com o contexto da pandemia COVID-19, foram intensificadas.

Cabe à gestão pública avançar na compreensão de que as contradições da sociabilidade capitalista afetam diretamente as condições de vida da comunidade escolar e das famílias, pois "vivemos o aprofundamento da crise estrutural do capital, com ampliação da desigualdade social, aumento da fome, precarização das condições de vida e de trabalho, com profundas repercussões na vida das/os trabalhadoras/es[...] afetados pelo caráter regressivo-destrutivo do modo de produção vigente [...]" (CFESS, 2023).

Por outro lado, é inaceitável que a inserção dos profissionais de psicologia e serviço social na educação básica e pública do município aconteça de forma precarizada, pois, além de atacar a condição do/a trabalhador/a, representa uma forma de fragilização da educação básica no município, uma vez que a oferta do serviço especializado, conforme proposto inicialmente pelo gestor municipal, acontece de forma precária, fragmentada e descontínua.

Conforme orientações do CFESS (2012):

> [...] às condições favoráveis para o exercício profissional de assistentes sociais repercutem positivamente na qualidade do trabalho institucional. Uma relação de trabalho segura e fortalecida, por exemplo, influência nos serviços prestados e no vínculo de profissionais com a população, já que a rotatividade de assistentes sociais será menor, o que contribui também com a organização e com a continuidade do trabalho da equipe.

Ao longo dos anos de 2022/2023, desde a promulgação do chamamento público via Microempreendedor (ME) para o projeto "Janela da Escuta na Escola", ficou explícito que o movimento protagonizado por profissionais das duas áreas, dos conselhos CRESS-MG e CRP-MG, Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de BH e parlamentares progressistas da CMBH e da ALMG, está para além do mero corporativismo. Neste movimento, na verdade, estão todos sintonizados com um projeto de educação em que esses profissionais possuam condições de somar e potencializar a política de educação pública no país.

Por fim, este movimento representou avanços significativos devido às pressões e aos diálogos tecidos nos espaços públicos e democráticos em que foram expostas as limitações e contradições do projeto inicial na sua proposta de contratação dos e das profissionais. Ainda não temos um "desfecho" almejado, pois a SMED ainda não se pronunciou sobre o planejamento e a organização para realização de um concurso público para assistentes sociais e psicólogos. No entanto, o debate está posto e ganhou força e expressão no município. As categorias conseguiram mostrar que é possível construir lutas e unidades que conseguem resgatar o sentido de pertencimento de classe e as alianças com forças coletivas de resistência em defesa da educação pública. Até agora, este é o legado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BELO HORIZONTE. **Caixas escolares**. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/convenios/caixas-escolares. Acesso em: 16 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Janela da Escuta na Escola**: Projeto emergencial para diagnóstico e intervenção multiprofissional no contexto do retorno às aulas presenciais pós-pandemia da Covid-19. Orientações para processo de recrutamento e seleção de psicólogo e assistente social para atuarem em projeto específico nas escolas municipais de Belo Horizonte. Dezembro de 2022 (Mimeo).

BRASIL. **Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços e psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/L13935. Acesso em: 12 ago. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Concurso público para assistentes sociais:** curta essa ideia!. Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/872. Acesso em: 12 ago. 2023.

CMBH. **Comissão cobra psicologia e serviço social nas escolas, como prevê lei federal**. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2022/1 1/comiss%C3%A3o-cobra-psicologia-e-servi%C3%A7o-social-nas-escolas-comoprev%C3%AA-lei. Acesso em: 11 ago. 2023.

CMBH**. Presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas será debatida pela Câmara**. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2021/0 6/presen%C3%A7a-de-psic%C3%B3logos-e-assistentes-sociais-nas-escolasser%C3%A1-debatida. Acesso em: 11 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**: Relatório de Resultados. Junho de 2020. Disponível em: https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

CRESS-MG. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. [**Correspondência**]. Destinatário: Procurador do Ministério Público do Trabalho da Terceira Região – MG. Belo Horizonte, 28 dez. 2022. Carta pública.

CRP. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. **Nota de Posicionamento**: CRP-MG na defesa de contratações justas para as(os) psicólogas(os) selecionadas(os) para o projeto da SMED e Janela da Escuta. Disponível em: https://crp04.org.br/nota-de-posicionamento-crp-mg-na-defesa-de-contratacoesjustas-para-asos-psicologasos-selecionadasos-para-o-projeto-janela-da-escuta/. Acesso em: 11 ago. 2023.

INSTITUTO UNIBANCO. **Dados mostram que 8,7 milhões não tiveram acesso a atividades remotas educacionais em julho**. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/dados-mostram-que-87-milhoesnaotiveram-acesso-a-atividades-remotas-educacionais-em-julho/. Acesso em: 20 jul. 2023.

MANSUR, R. Secretário de Educação de Belo Horizonte deixa cargo. **G1**, [S. l.], 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/08/22/secretariode-educacao-de-belo-horizonte-deixa-cargo.ghtml. Acesso em: 11 ago. 2023.

MERCADO LIVRE. **MEI e ME**: o que são e quais as diferenças entre eles. Disponível em: https://empreendedores.mercadopago.com.br/mei-e-me-o-que-saoe-quais-as-diferencas-entre-eles. Acesso em: 16 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. Escolas de BH terão psicólogos e assistentes sociais até o final de setembro. **O TEMPO**, [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.otempo.com.br/cidades/escolas-de-bh-terao-psicologos-e-assistentes-sociais-ate-o-final-de-setembro-1.3202977. Acesso em: 11 ago. 2023.

POSSA, A. A. da C.; SANTOS, B. C. dos; PADRE, D.; LEAL, Ê.; FREITAS, E. de A.; AGATTI, F. A. de S.; SILVA, G. F. O.; ALENCAR, H.; ALVES, M. R. Iniciativas comportamentais para redução da evasão escolar dos jovens de 15 a 29 anos em tempos de pandemia. **Boletim Economia Empírica**, [S. l.], v. 1, n. 4, 2020. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4784. Acesso em: 20 jul. 2023.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*: CFESS (org.). **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2020. v. 2.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357